

ATA, 68.ª REUNIÃO,
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO
REALIZADA EM 29 DE FEVEREIRO DE 2024

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, reuniu, pelas vinte e uma horas, na Sala das Sessões do edifício dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal, tendo a Sessão sido simultaneamente transmitida via *streaming* no sítio institucional do Município.

Membros Eleitos da Assembleia Municipal presentes na Sessão: Paulo Jorge Lopes Teixeira; José Agostinho de Sousa Pinto; Sebastião José Cabral Feyo de Azevedo; Miguel Botelho Gomes Barbosa; Maria Adelina Acciaiuli Faria Barbosa Ducharne; Fernanda Perpétua Rodrigues; Miguel Almeida Côrte-Real Gomes; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano, em substituição de Mário Filipe Amorim Faria de Oliveira Lopes; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Maria Isabel Helbling Menéres Campos; Ricardo Jorge Ferraz da Silva Brandão Meireles, em substituição de Marco Regis Lacomblez Leitão; Sílvia Lopes Soares; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Marta Maria Pinto Monteiro Vieira de Araújo, em substituição de Luís Artur Ribeiro Pereira; Rui Carlos Morais Lage; Fernando Pedro Mouta Monteiro; José Pedro Providência Santarém Anacoreta Correia; Alexandra Abreu Simões Guerra e Paz, em substituição de Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria da Graça Sousa Raimundo de Azevedo Laranjeira Vaz; Rui Manuel Lourido Nóvoa; Manuel Cardoso Monteiro; Paulo Nuno de Carneiro Vieira de Castro; João Tiago de Sousa Pinto Guimarães, em substituição de Pedro Schuller de Almeida e Graça Barbosa; Manuel Mesquita, em substituição de Rui Pedro da Silva Afonso; Cândida Paula Oliveira Freitas da Silva Roseira; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição de Sofia da Costa Pimenta de Sá Azeredo; Diana Camões

Moreira, em substituição de Patrícia Filipa Moreira Teixeira; João Paulo Marques de Carvalho; José Manuel Pinto Varela; Alfredo dos Santos Fontinha; Nuno Miguel Borges Alves Pereira; José Maria Gagliardini Graça da Silveira Montenegro; Elisabete Susana Vieira de Carvalho; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Helena Isabel da Silva Maia; Rodrigo Teodoro Passos; Maria de Fátima Leite Ferreira.

Presidentes das Juntas de Freguesia presentes na Sessão: Junta de Freguesia do Bonfim, João Ricardo da Silva Lima Tavares de Aguiar; Junta de Freguesia de Campanhã, Paulo Jorge Pinto Ribeiro; Junta de Freguesia de Paranhos, Luís Miguel Seabra de Freitas; Junta de Freguesia de Ramalde, Patrícia Alexandra Rapazote Trindade e Dinis de Carvalho Escobar; União das Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Tiago Pedro de Sousa Mayan Gonçalves; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitória, Ângela Maria Figueiro Cintra, em substituição de Nuno Filipe Teixeira da Cruz; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Membros Eleitos da Câmara Municipal presentes na Sessão: Rui de Carvalho de Araújo Moreira; Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo; Ana Catarina da Rocha Araújo; Fernando Paulo Ribeiro de Sousa; Catarina Maria da Costa Santos Cunha Pereira de Abreu; Tiago Barbosa Ribeiro; Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Alberto Amaro Guedes Machado; Maria Teresa Burnay Summavielle, em substituição de Sérgio Augusto Leite Aires.

Membros Eleitos da Câmara Municipal ausentes na Sessão: Ricardo Miguel Araújo Cardoso Valente; Albino Pedro Pereira Baganha, tendo a sua ausência sido, antecipadamente, justificada; Maria Ilda da Costa Figueiredo.

Às 21 horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem **presentes 44 Membros da Assembleia Municipal.**

Verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Assembleia Municipal,
Sebastião Feyo de Azevedo, **declarou aberta a Sessão.**

– PERÍODO PRELIMINAR À ENTRADA DA ORDEM DO DIA –

n.º 5, art.º 38.º do Regimento

1. Informações gerais e Expediente.

- Minuta e Edital da Reunião Privada da Câmara Municipal do Porto realizada no dia 12 de fevereiro de 2024.
- Relatório de Atividades 2023 e Plano de Atividades 2024 da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens – Porto Central. (NUD/119700/2024/CMP)

– PERÍODO DA ORDEM DO DIA –

art.º 40.º do Regimento

(Convocatória expedida em 22 de fevereiro de 2024
e Ordem de Trabalhos expedida em 23 de fevereiro de 2024)

Entraram na Sala Miguel Gomes e José Pedro Anacoreta, Membros do Grupo Municipal RM.

1. Eleição de candidato a novo membro da Comissão Executiva Metropolitana do Porto.

NUD/81927/2024/CMP

Resultado da votação, por escrutínio secreto, em que participaram os 39 membros eleitos da Assembleia Municipal do Porto, de SUZANA MARIA PERES MENEZES como candidata a novo membro do Conselho Metropolitano:

- 27 votos a favor;
- 4 votos contra;
- 8 votos em branco.

Saiu da Sala João Aguiar, Presidente da Junta de Freguesia do Bonfim.

2. Deliberação sobre Alteração à Estratégia Local de Habitação.

NUD/69700/2024/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, lembrou que a Estratégia Local de Habitação, aprovada em 2019, alinhava um conjunto de vontades políticas, desenhava o diagnóstico, recursos e dinâmicas de transformação com vista a soluções mais justas.

Referiu que as ações políticas deveriam estar alinhadas com os outros setores, sem esquecer o enquadramento territorial e integração dos cidadãos, tendo em conta a autonomia das comunidades mais desfavorecidas.

Salientou que, das mudanças conjunturais na habitação, surgia a necessidade de novas leituras e diagnósticos de situação e respetivos reajustamentos. Concluiu, informando que votaria a favor.

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, revelou que a alteração em causa era cirúrgica para acomodar projetos de iniciativa social que acresciam 70 casas em relação ao diagnóstico de 2019.

Referiu que a cidade do Porto tem uma grande carência habitacional, enumerando os vários fatores que contribuíam para esse facto.

Considerou a revisão da Estratégica Local de Habitação pertinente e urgente e disse que poderia ser feita a cada seis meses, contemplando novas soluções naquele âmbito, a partir de dados atualizados. Deu nota de que o número de fogos contemplados era residual.

Lembrou a carta municipal de habitação como um instrumento de planeamento e ordenamento territorial urgente e questionou sobre o prazo de conclusão da mesma.

Considerou que a proposta em causa não era uma real e efetiva atualização e informou que o Bloco de Esquerda iria votar contra.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, fez um ponto de situação em relação ao PRR – Programa de Recuperação e Resiliência português, em perspetiva a 31 de março, dando nota que a candidatura da Porto Vivo – SRU estaria concluída a 95% e a do IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana a 65%.

Replicou, dizendo que a situação não se resolvia com cartas, mas com a construção de habitação. Disse esperar que o próximo Governo olhasse para a habitação e tomasse as medidas necessárias, no sentido de mais habitação pública e fornecendo os respetivos recursos aos municípios. Disse ainda que esperava que o próximo Governo tivesse uma visão diferente quanto à fiscalidade e que acreditasse ser necessário convocar os privados, para resolver a questão, ou seja: um Governo que não contasse com o Bloco de Esquerda.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, notou que a proposta consistia na alteração do número fogos da Santa Casa da Misericórdia a recuperar de 40 para 50 e que o Instituto das Forças Armadas iria construir algo que anteriormente não estaria previsto – tudo isto entre outros ajustes e adaptações em relação à estratégia inicial.

Disse que é proposto a alteração de quadros e explicou, com suporte a uma apresentação (Anexo I), as previsões e execuções da Estratégia Local de Habitação.

[Handwritten marks]

Salientou que em 2023 estariam intervencionados menos 1228 fogos pelo Município do Porto e disse que, considerando o atraso entre a aprovação e subscrição de protocolos, o número seria de 822 habitações.

Deu ainda nota que, com a alteração em apreciação, 1020 fogos só estariam intervencionados em 2026.

Questionou o que estaria previsto para dar resposta no imediato, pois na proposta estariam a solicitar uma alteração ao cronograma assumindo um adiamento.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que no arrendamento acessível já teriam sido entregues 270 habitações e que em projeto e concurso existem 1610 fogos, acrescentando que se tratava de um grande esforço para a cidade.

Revelou que tinham sido entregues 800 fogos pelo Processo Especial de Revitalização – PER e que tem havido constrangimentos nomeadamente do IHRU, cujo atraso seria de um ano.

Informou que iria fazer chegar à Assembleia um mapa-resumo dos 1610 fogos mencionados.

Manifestou a sua preocupação com o número de famílias em espera, um número que iria aumentar nos centros urbanos devido à falta de capacidade do Estado e afirmou que as cidades tinham em entregar casas.

Notou que a imigração seria um fator de agravamento da situação e concluiu que teriam de ser encontradas novas formas de ocupar racionalmente o território nacional.

Sílvia Soares, Membro do Grupo Municipal PSD, reconheceu os avanços alcançados através da Estratégia Local de Habitação e do Programa 1.º Direito para um número significativo de agregados em vulnerabilidade. Disse, contudo, que surgiram novos desafios e necessidades que obrigam a uma revisão das políticas públicas.

Destacou que a proposta em causa não era uma solução isolada e que as alterações vinculadas no documento eram demonstrativas do esforço municipal em envolver diferentes atores na resolução.

Referiu que o PSD acreditava que a resolução do problema passava por medidas diversificadas, pois ampliavam o seu alcance e a resposta seria abrangente e eficaz.

Disse que o Município também teria recorrido a oportunidades disponíveis, como era exemplo o PRR, salientando que, enquanto as autarquias se empenhavam, o Estado Central demonstrava uma inércia preocupante.

Concluiu que a proposta em discussão era um passo crucial na resolução das carências habitacionais da cidade, bem como para o bem-estar e qualidade de vida dos portuenses e informou que iriam votar favoravelmente.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, respondeu que o Bloco de Esquerda defendia a criação de cartas municipais, assim como outras ferramentas de orientação.

Nuno Caiano, Membro do Grupo Municipal RM, elogiou a intervenção do Presidente da Câmara Municipal.

Referiu que o Município estava focado neste plano estratégico já em execução e acrescentou que o mercado também poderia ajudar a resolver a questão se fossem dadas condições.

Fernanda Rodrigues, Membro do Grupo Municipal PS, referiu que iriam votar a favor pela importância da diversificação de fontes e considerando que a existência de novos agentes poderia levar a uma maior celeridade na resolução do problema.

Deixou questões em relação à modificação dos agregados, à situação carente da população com deficiência e incapacidade e à previsão de novos investimentos habitacionais para pessoas que estariam impossibilitadas financeiramente de aceder aos valores atualmente praticados.

Sublinhou ainda, em relação população com deficiência e incapacidade, a existência do programa 360 que considerou ser precário, sugerindo que se instasse o Instituto

Nacional de Reabilitação, juntamente com os municípios, a ser mais audaz em proporcionar habitação a esta população.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 votos contra (3 CDU + 3 BE).

3. Deliberação sobre Alteração das Condições Gerais do Programa Municipal "Porto com Sentido".

NUD/78782/2024/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, contextualizou a proposta, considerando que tornava o arrendamento mais acessível.

Acrescentou que as alterações tinham cabimento e informou que votaria favoravelmente.

Helena Maia, Membro do Grupo Municipal PS, referiu que a proposta procurava ajustar as condições do programa para ampliar o número de habitações disponíveis para o arrendamento acessível.

Disse que o Programa Porto Com Sentido era exemplo de um compromisso dos municípios na promoção de habitação acessível para a classe média, sendo esta uma aposta significativa. Identificou, apesar dos bons resultados, os novos desafios que o programa enfrenta.

Alertou para o desequilíbrio das rendas verificado entre os contratos mais antigos e recentes, o que deveria ser evitado.

Concluiu que o PS reconhece o esforço da Autarquia no reforço das medidas e disse acreditar que, com as alterações propostas, seria possível melhorar a eficácia do programa proporcionando uma solução mais equitativa e sustentável. Concluiu, dizendo que iriam votar favoravelmente.

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, fez um enquadramento histórico da proposta, lamentando o direcionamento de imóveis do Município para o programa, ao invés de soluções mais adequadas e conformes às necessidades da população.

Disse que mais de duzentas famílias, por falta de resposta ajustadas, viram no Programa Porto Com Sentido uma forma de residir na cidade do Porto, ainda que a prazo. Considerou o número diminuto, tendo em conta a missão inicial.

Disse que, no entendimento do Bloco de Esquerda, programas que subsidiam diretamente os senhorios não são a solução e que mantêm um problema sem fim à vista. Defendeu que seriam necessárias soluções com uma forte componente de habitação pública e a preços comportáveis e uma solução totalmente pública para ajudar a regular o mercado e não parcerias com privados e de cariz temporário.

Informou que, à semelhança do sentido de voto em reunião do Executivo Municipal, iriam votar contra a proposta, justificando não ser este o programa de que o Porto precisa para baixar rendas e garantir o direito à habitação.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que o Bloco de Esquerda propunha no programa eleitoral a construção de 80 mil casas, com o custo unitário de 60 mil euros, proposta que considerou ser inexecutável.

Concluiu, defendendo que qualquer número de casas atribuído seria positivo.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, partilhou uma apresentação (Anexo I), explanou dúvidas em relação ao aumento das rendas que tem sido proposto no Programa e questionou se a solução passaria pela subsidiação da renda aos senhorios, aumentando-a para suprir as necessidades de habitação. Concluiu, dizendo que considerava não ser aquela a solução, pois quem deveria fazer esse esforço seria a Administração Central.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, deu dados relativos ao programa, informando que, em 24 concursos, foram atribuídas 163 habitações a 357 beneficiários, e que, somando 107 habitações da Câmara para 535 beneficiários, se alcançou um universo de quase mil pessoas.

Referiu a crise no alojamento local em 2020 que afetou muitas famílias e explicou que, na constituição do programa, foram envolvidos os atores privados – algo que não seria do agrado da CDU por uma questão ideológica.

Salientou que se o Município tivesse mais casas disponíveis, reabilitava e disponibilizava à população e que, não tendo, procuraria nos privados.

Terminou, dizendo, que foi através da intermediação que foi possível beneficiar mil pessoas que, de outra forma, não teriam casa. Disse tratar-se de uma subsídio para que as pessoas pagassem menos renda e, com isto, também diminuísse a pressão sobre outras casas que estariam no mercado.

Concordou que o Programa não resolve o problema da habitação, mas disse que a resolução de problemas implicava o aproveitamento de todas as oportunidades para a disponibilização de casas, distribuídas pelo território.

Rodrigo Passos, Membro do Grupo Municipal PSD, deu nota que nos últimos dez anos foram construídas menos 600 mil casas do que na década anterior.

Disse que a política não devia servir para polarizar, devia servir para resolver os problemas e acrescentou que os partidos poderiam não concordar em determinadas matérias, mas seria através do debate que poderiam chegar à solução.

Elisabete de Carvalho, Membro do Grupo Municipal BE, disse que os números que têm apresentado seriam suportados em indicadores do IHRU – entre o orçamentado e executado.

Reiterou que as pessoas precisavam de soluções habitacionais no Porto e no país.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que fez uma avaliação ideológica quanto às posições do Bloco de Esquerda na questão da habitação, sendo da opinião que as mesmas provocam divisão.

José Maria Montenegro, Membro do Grupo Municipal RM, defendeu que o que estava em causa era a resolução dos problemas das pessoas, independentemente do modelo. Referiu que o programa tinha a grande vantagem de se dispersar pelo território, evitando a guetização.

Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, sugeriu que fosse feito um comparativo entre modelos, para analisar os efeitos colaterais.

Defendeu que fosse construída mais habitação municipal com rendas sociais, evitando que se contribuísse mais para a especulação.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que, quando o programa foi apresentado, as forças políticas consideravam ser impossível a implementação.

Acrescentou que, na linha de pensamento da oposição, o Município não poderia exercer o direito de preferência porque estaria a aumentar a pressão no mercado.

Concluiu, afirmando que este é um programa que diminui a pressão sobre a habitação social.

Miguel Côrte-Real, Líder do Grupo Municipal PSD, considerou o tema da habitação extremamente importante, mas considerou que estavam a colocar uma camada ideológica em cima de uma política que apresentava uma solução à cidade.

Defendeu que a atividade que os Membros da Assembleia exercem é para encontrar soluções e que, ao invés de atacar, deveriam propor. Desafiou a que apresentassem propostas com o investimento que estaria a ser feito e disse não ser possível entregar o mesmo número de casas com o valor que estaria em causa.

Disse que a economia servia para gerir recursos e escassez, tendo de ser tomadas opções, uma vez que não poderiam assumir um papel de reguladores do mercado.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 votos contra (3 CDU + 3 BE).

4. Deliberação sobre Autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais relativos às empresas Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E. M., Gestão e Obras do Porto, E. M. e Porto Vivo, SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto E.M., S.A.

NUD/44171/2024/CMP

Paulo Vieira de Castro, Líder do Grupo Municipal PAN, contextualizou a proposta, referindo que os compromissos estavam identificados e suportados por instrumentos de gestão previsional, com a respetiva projeção plurianual, plano de atividades e orçamento.

Notou que o que estava à votação era a competência técnica e não o plano e orçamento do Município e informou que iria votar favoravelmente.

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, referiu que os compromissos plurianuais eram referentes a empresas distintas, cujos âmbitos eram diferentes, pelo que as orientações de voto também seriam distintas. Disse ser a primeira vez que se votavam compromissos de diferentes empresas numa mesma proposta.

Notou que a proposta tratava de um conjunto de ratificações que já estariam em execução e disse que havia uma dificuldade de escrutínio, considerando esse um problema da atual governação. Sugeriu a criação de uma comissão de finanças para o acompanhamento das operações financeiras na esfera do Município, incluindo as empresas municipais.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, em resposta, deu nota de que o que estava em causa na votação era a autorização para um conjunto de despesas plurianuais e sugeriu a apresentação de um pedido de informação com as suas questões levantadas pelo BE.

Defendeu que as empresas municipais eram um instrumento útil e facilitador para um conjunto de funções, tendo em conta a legislação em vigor.

José Manuel Varela, Membro do Grupo Municipal CDU, disse que a CDU tem sido crítica em relação ao modelo das empresas municipais quando dependem da transferência dos subsídios à exploração para funcionar.

Deu nota de que não iriam votar contra a proposta por perceberem a necessidade da mesma e se iriam abster.

Nuno Borges, Membro do Grupo Municipal PSD, informou que iriam votar favoravelmente.

Defendeu ser importante apoiar a cultura, imprescindível para a identidade da cidade, apesar de ser um investimento de retorno difícil de mensurar.

Salientou que estava previsto um investimento de cerca de sete milhões de euros na escola pública em 2024 com o objetivo de melhorar o futuro dos jovens.

Questionou o Executivo se, no âmbito da descentralização de competências na área da Educação, o Estado tem cumprido com as suas obrigações.

Acrescentou que o investimento previsto para os próximos três anos era de cerca de 100 milhões de euros, destinado a habitação social e coletiva, o que refletia um esforço considerável na mitigação do problema.

Destacou o programa Rua Direita na melhoria da mobilidade urbana e na sua atratividade.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu que não houve atualização de verbas por causa da descentralização, o que se traduzirá num défice de

quatro milhões de euros por ano e notou a pressão que esse défice exercia sobre os recursos e a capacidade de investimento dos municípios.

Raúl Almeida, Líder do Grupo Municipal RM, referiu que as empresas municipais eram casos de sucesso, apresentavam obra feita, boas contas e eram transparentes, assim como os contratos-programa em causa.

Em resposta a Susana Constante Pereira, deu nota de que as comissões de acompanhamento em curso seriam as pertinentes e suficientes.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH) e 6 abstenções (3 CDU + 3 BE).

Susana Constante Pereira, Líder do Grupo Municipal BE, **apresentou uma declaração de voto oral**, referindo que a votação dos compromissos plurianuais nunca teria sido apresentada em Assembleia Municipal de forma agregada.

Informou que teriam votado a favor da proposta relativa à Domus Social e abstenção em relação à AGORA, Porto Vivo SRU, GO Porto, com argumentos distintos, caso fossem apresentadas de forma individual.

Concluiu que a orientação de voto seria de abstenção e que seria sob protesto que votariam o ponto. Solicitou que numa ocasião próxima as propostas fossem apresentadas de forma individual. Reiterou a necessidade da criação de uma comissão para permitir a análise das questões colocadas.

5. Deliberação sobre Compensação da Concessionária Eporto pela perda de Lugares de Estacionamento Pago na Via Pública na Cidade do Porto (Contrato n.º CLPQI/1/2014/DMC).

NUD/87933/2024/CMP

Rui Nóvoa, Membro do Grupo Municipal BE, defendeu que a ocupação do espaço público para o estacionamento de automóveis devia ser paga, por constituir uma redução da sua fruição do mesmo. Manifestou discordância a entrega da gestão a uma empresa privada.

Disse que o Bloco de Esquerda não se opunha à compensação da concessionária pela perda de lugares de estacionamento causada pelas obras e concluiu, dizendo que o Município devia ter a gestão do estacionamento, por ser algo diretamente relacionado com a mobilidade da cidade.

Alexandra Paz, Membro do Grupo Municipal CDU, disse que, à semelhança do passado, os motivos em análise eram os mesmos, continuando a CDU a defender que a gestão em causa deveria estar na esfera pública.

Acrescentou que os parómetros podiam servir de ferramenta na gestão da mobilidade, dando exemplos a este respeito, e tendo em conta o panorama atual em que a oferta de transporte público ainda não é a desejável.

Informou que iriam votar contra pelos motivos apresentados, não em relação à necessidade de compensação da concessionária, mas pelo modelo que estaria em causa.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, referindo-se à discussão do ponto anterior, afirmou que, no passado, já tinha sido aprovada pela Assembleia Municipal uma proposta de compromissos plurianuais de várias empresas.

Retomando a discussão do ponto 5., disse que a proposta que estava à votação não era relacionada com a política dos parómetros e acrescentou que a questão do estacionamento da via pública fazia parte de uma política de mobilidade e que a Autarquia teria dois modelos: concessionado e não concessionado, conforme as áreas da cidade.

Referiu que, tendencialmente e à semelhança de cidades de média e grande dimensão, o estacionamento teria de ser todo taxado no futuro, promovendo a substituição do transporte individual e a recuperação do espaço público para os cidadãos.

Alfredo Fontinha, Membro do Grupo Municipal PS, contextualizou a proposta, dando nota que os contratos em causa tinham de ser cumpridos e afirmou que, por esse motivo, o Partido Socialista iria votar a favor.

Fernando Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que o estudo da STCP Serviços era completo e objetivo e que a fórmula encontrada era equilibrada. Informou que o PSD votaria favoravelmente e sugeriu a possibilidade, tendo em conta que se sabia de antemão os lugares que ficariam ocupados pelas obras da Metro do Porto, de se proceder à imputação antecipada daquele custo à Metro do Porto.

O Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, respondeu referindo que o concessionário pretendia o modelo automático, mas que tal não era possível no atual quadro legal. Acrescentou que os juristas recomendaram que não se optasse pelo modelo automático, sendo a certificação dos valores de compensação determinados caso a caso.

Afirmou que iriam exigir que as indemnizações da Metro do Porto à Autarquia fossem efetivamente pagas.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 39 votos a favor (19 RM + 9 PS + 9 PSD + 1 PAN + 1 CH), 3 votos contra (CDU) e 3 abstenções (BE).

– PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS CIDADÃOS –

art.º 41.º do Regimento

O cidadão **António Joaquim Rocha da Silva** saudou o plenário e agradeceu o empenho político dos Membros.

Explicou que a Portus Cale se tratava de uma Associação que tinha sido fundada para despoluir o rio Douro e que publicou 42 revistas que se perderam. Apelou a que, considerando que, na altura da publicação havia exemplares enviados para o Município, o ajudassem na sua recuperação.

De seguida, chamou a atenção para o facto de os barcos turísticos impossibilitarem a prática do remo no rio Douro e relembrou acontecimentos passados no Passeio das Fontainhas.

Manuel Monteiro, Membro do Grupo Municipal PSD, disse que se a revista tivesse sido publicada, conforme as normas legais, estaria abrangida pelo depósito legal e poderiam ser encontrados exemplares na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

E nada mais havendo a tratar, **foi atribuído, por unanimidade, um Voto de confiança à Mesa para elaboração da Minuta**, nos termos do n.º 7 do artigo 64.º do Regimento e **o Presidente da Assembleia Municipal**, Sebastião Feyo de Azevedo, **encerrou os trabalhos da Sessão**, eram 00h21.

O Presidente da Assembleia Municipal



Sebastião Feyo de Azevedo

A Primeira Secretária



Isabel Menéres Campos

Handwritten marks: a stylized 'f' and a circled 'M'.

Anexo I: Apresentação de Rui Sá, Líder do Grupo Municipal CDU, relativa ao Ponto n.º
2: Deliberação sobre Alteração à Estratégia Local de Habitação e o Ponto n.º
3: Deliberação sobre Alteração das Condições Gerais do Programa Municipal "Porto
com Sentido".

PROGRAMA PORTO COM SENTIDO

1/1/2023 A 29/2/2024

BREVE RESUMO



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



RESUMO PcS - 1/1/2023 a 29/2/2024

- 7 CONCURSOS PARA ATRIBUIÇÃO DE FOGOS
- 55 FOGOS ATRIBUÍDOS
- 3,9 FOGOS/MÊS



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



➤ **DISTRIBUIÇÃO DOS FOGOS POR FREGUESIA:**

- Foz do Douro: 1
- Massarelos: 2
- Ramalde: 3
- Campanhã: 5
- Lordelo do Ouro: 6
- Bonfim: 9
- Cedofeita: 10
- Paranhos: 19

FREGUESIAS SEM FOGOS:

- Aldoar
- Miragaia
- Nevogilde
- S. Nicolau
- Santo Ildefonso
- Sé
- Vitória



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



TIPOLOGIA DOS FOGOS ATRIBUÍDOS E VALOR DAS RENDAS PAGAS AOS SENHORIOS

Tipologia	Nº	Intervalo das Rendas (€)
T0	2	480
T1	8	400 a 550
T2	22	550 a 780
T3	19	675 a 950
T4	4	900 a 950



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Handwritten marks: a small 'k' and a signature.

ANÁLISE DO NÚMERO DE CANDIDATURAS APRESENTADAS

Nº Candidatos Excluídos nos Concursos	544	36%
Candidatos Excluídos no Concurso por as rendas excederem Tx de Esforço Máxima	242	44%
Candidatos Admitidos	959	64%

1503 candidatos para 55 fogos!



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



RENTA ACESSÍVEL

HABITAÇÃO

Entre o centro e Campanhã, o Porto terá 400 casas de renda acessível em 2022

Entre os municípios que fazem parte do Eixo do Porto, o município do Porto tem a maior população residente em áreas urbanas. Entre os municípios do Eixo do Porto, o município do Porto tem a maior população residente em áreas urbanas.

Publicado: 24/1/2019

Pedro Baganha anunciou que a CMP vai avançar com um projeto para a **construção de 170 casas para a classe média em Lordelo do Ouro**. (...) O concurso deverá ser lançado até ao final deste ano(...). A construção propriamente dita deve avançar "algures no final do próximo ano, início de 2021".

Site da CMP: 11/6/2019



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



HABITAÇÃO

Porto com Sentido quer arrendar até 500 imóveis com lançamento de novo concurso

Site da CMP: 2/3/2021

"Tenho a expectativa de que os 200 fogos serão esgotados rapidamente. Fica o meu compromisso de que estamos disponíveis para aumentar a quota-parte do 'Build to Rent' até 1000 fogos ou mais", venceu Pedro Baganha, reiterando que este aspeto "pode vir a ser uma ferramenta importante na política de arrendamento acessível". A abertura do concurso está prevista para a primeira quinzena de novembro, explicou.

Site da CMP: 3/11/2021

ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024
Programação Indicativa das Soluções do Município/Empresas Municipais	75	0	75	0	85	0	55	1	30	39	30	150
Precariedade	130	0	130	0	160	0	200	2	130	18	130	300
Insalubridade e Insegurança	30	0	30	0	40	0	70	4	65	1	15	95
Sobrelotação	25	0	21	0	21	0	81	0	31	70	31	50
Inadequação												
TOTAL	260	0	256	0	306	0	406	7	256	128	206	595

	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024
Programação Indicativa das Soluções da Porto Vivo, SRU	5	0	17	0	17	0	17	0	17	4	12	4
Insalubridade e Insegurança (Núcleo Degradado)	0	0	20	0	20	0	20	6	20	15	20	12
Outros												
TOTAL	5	0	37	0	37	0	37	6	37	19	32	16



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024
Programação Indicativa das Soluções do 3º Setor - SCMP	0	0	20	0	20	0	0	0	0	0	0	0
Reabilitação de Frações ou Prédios Habitacionais propriedade da SCMP												
TOTAL	0	0	20	0	20	0	0	0	0	0	0	0

	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024
Programação Indicativa das Soluções dos Beneficiários Diretos	20	0	60	0	60	0	60	0	60	0	55	25
Reabilitação de Habitação de que sejam Titulares												
TOTAL	20	0	60	0	60	0	60	0	60	0	55	25

	2020		2021		2022		2023		2024		2025	
	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024	ELH (2019)	Ah2024
Programação Indicativa das Soluções dos Proprietários em Núcleos Degradados	100	0	100	0	120	0	120	0	140	0	140	50
Reabilitação de Frações de Prédios												
TOTAL	100	0	100	0	120	0	120	0	140	0	140	50



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



2

4



ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO

Relativamente a 2023, estão intervencionadas menos 1228 fogos pelo Município do Porto do que aquilo que estava previsto na Estratégia Local de Habitação (ELH)!

Se considerarmos que houve um atraso de um ano entre a aprovação da ELH e a subscrição do Protocolo com o IHRU para o seu financiamento, o atraso, no final de 2023 seria de 822.

Com a alteração que agora estamos a votar, 1.020 fogos só estarão intervencionados em 2026, ou seja, 59% dos fogos que o Município iria intervencionar apenas o serão já no próximo mandato!



CDU - Coligação Democrática Unitária PCP-PEV





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Assunto: Aprovação da Ata da 68.^a reunião, Sessão Extraordinária realizada no dia 29 de fevereiro de 2024.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade dos Membros participantes na Sessão de 29 de fevereiro de 2024. Não participaram na votação os Membros que não estiveram presentes na 68.^a reunião.

Deliberada em Sessão Extraordinária de 25 de março de 2024.

O Presidente

Sebastião Feye de Azevedo

A 1.^a Secretária

Isabel Menéres Campos

A 2.^a Secretária

Carla Leitão